



Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU
PRL 1 CDU => PL 780/2024

Prin. 1

PROJETO DE LEI Nº 780, DE 2024

Altera a Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para autorizar a retomada de obras e serviços de engenharia destinados ao saneamento em áreas urbanas e rurais.

Relatora: Deputada LÊDA BORGES

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 780, de 2024, de autoria da Deputada Flávia Moraes, que altera a Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para autorizar a retomada de obras e serviços de engenharia destinados ao saneamento em áreas urbanas e rurais.

A autora justifica sua proposição, com o argumento de que a retomada de obras e serviços de engenharia relacionados ao saneamento básico é essencial para “levar água potável e esgotamento sanitário para milhares de brasileiros”¹.

O projeto tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Nesta comissão, após decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

¹ Justificação ao PL nº 780, de 2024.





Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU
PRL 1 CDU => PL 780/2024

Print 1

É de tal modo premente o tema da paralização de obras, que o Ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União (TCU), remeteu a situação à existência de “um cemitério de obras inacabadas, abandonadas”² no país. Na mais recente auditoria sobre a gestão de obras paralisadas que envolvem recursos do Orçamento Geral da União (OGU)³, a Corte de Contas registrou que o Brasil tem 8,6 mil empreendimentos paralisados, de um total de 21 mil obras existentes. Destacou, ainda, que, “em comparação aos últimos três anos, a porcentagem de obras paralisadas aumentou de 29%, em 2020, para 41% em 2023”⁴, mesmo com a significativa redução do total de obras (6.119 obras a menos), no mesmo período. Nas palavras do Ministro relator do processo, Vital do Rêgo:

Esses problemas têm gerado impactos diretos e indiretos na população. Afinal, além do desperdício dos recursos públicos investidos, a paralisação impede a população de usufruir benefícios de cada bem público não concluído

A avaliação realizada pelo Ministro é cirúrgica e ganha maior peso quando se trata de obras relacionadas a serviços públicos essenciais para a concretização do direito à vida e à dignidade das pessoas. É fato notório que o acesso a serviços de saneamento básico, especialmente os de água potável, coleta e tratamento de esgoto, são imprescindíveis para a redução de problemas graves de saúde, como a incidência de doenças de veiculação hídrica e a mortalidade infantil. O saneamento é igualmente essencial para a

² <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/24/tcu-revela-que-obras-federais-paralisadas-chegaram-a-38-5-nos-ultimos-dois-anos>

³ TC 009.197/2022-2. Acórdão Nº 2134/2023 – Plenário. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/CD/22/65/11/5644B810F80985A8E18818A8/009.197-2022-2-VR%20-%20auditoria retomada obras paralisadas%20 1 .pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/CD/22/65/11/5644B810F80985A8E18818A8/009.197-2022-2-VR%20-%20auditoria%20retomada%20obras%20paralisadas%201.pdf)

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/brasil-tem-8-6-mil-obras-paralisadas-financiadas-com-recursos-federais.htm>





Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU
PRL 1 CDU => PL 780/2024

Print

Há que se rememorar, neste ponto, a trágica realidade em que vive boa parte da população brasileira no que se refere ao saneamento básico, na medida em que 33 milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso à água tratada, e 93 milhões não têm acesso à coleta de esgoto⁸. O problema é reconhecido na teoria, com o estabelecimento de metas ambiciosas de universalização dos serviços de saneamento, mas, na prática, não há sequer pretextos para camuflar o patente descuido com tão séria matéria. Além dos níveis de investimento estarem em nível muito abaixo do necessário para o cumprimento das metas⁹, vultuosos recursos são desperdiçados em obras paralisadas.

Para que a relevância da questão não seja tratada como mera retórica, ações práticas necessitam ser, urgentemente, tomadas, a começar

⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/saneamento-e-essencial-para-saude-economia-e-desenvolvimento-apontam-especialistas/>

6 <https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>

⁷ De acordo com o Painel do TCU, o setor de saneamento é quinto com o maior número de obras paralisadas, de um total de 14 setores.

8 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/marco-do-saneamento-investimento-no-setor-precisa-mais-que-dobrar-para-cumprir-metas-de-universalizacao-aponta-estudo.ghtml>

9 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/marco-do-saneamento-investimento-no-setor-precisa-mais-que-dobrar-para-cumprir-metas-de-universalizacao-aponta-estudo.ghtml> e
file:///C:/Users/P 8030/Downloads/TCC-Edgard Paulo Joaquim da Matta.pdf





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Lêda Borges** - PSDB/GO

pela adoção de medidas para a retomada das obras de saneamento paralisadas. É evidente, portanto, que o Projeto de Lei nº 780, de 2024, tem indiscutível importância e, também, grande legitimidade, diante das significativas contribuições de sua nobre autora, a Deputada Flavia Moraes, para a retomada das obras públicas paralisadas e inacabadas no país.

Diante de todo o exposto, é nosso dever moral para com a população brasileira votar pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 780, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **LÊDA BORGES**
Relatora

2024-8886

Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU
PRL 1 CDU => PL 780/2024

PRL n.1



* C D 2 4 9 5 1 6 8 1 9 3 0 0 *